

Técnico se contradiz

BRASÍLIA — A Comissão de Licitação da Fundação Nacional de Saúde ficou em situação difícil depois da abertura das propostas das empresas que disputam a venda de vacinas contra a hepatite-B. O presidente da comissão, Carlos Barroso Júnior, reconheceu ontem que é grande a diferença entre os preços dos laboratórios.

Mas Barroso Júnior caiu em contradição. Disse que não tem a menor dúvida de que a comissão agiu legalmente ao desclassificar as empresas Korea Green Cross e MD2, que tinham as propostas mais baratas. “Estas empresas não apresentaram documentos que eram exigidos pelo edital”, argumenta. Por outro lado, diz que “a Fundação Nacional de Saúde fica em situação difícil para comprar as vacinas por um preço que está US\$ 46 milhões acima da menor proposta apresentada na licitação”.

As duas empresas discordam desta avaliação. A Korea Green Cross, desclassificada por não apresentar “nenhum documento fiscal”, diz que o edital exigia até mesmo quitação do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Ser-

viço), impossível para uma empresa com sede na Coreia. A empresa também foi acusada de não apresentar uma relação de suas instalações e equipamentos. Seus diretores garantem ter apresentado um portfólio que responde a todas estas questões.

A MD2 foi desclassificada sob a acusação de ser uma empresa de “bar e restaurante”, que não poderia vender vacinas. Seus representantes no Brasil afirmam que ela é uma empresa de exportação com sede em Miami (EUA) e que está representando um laboratório estatal chinês, o Xangai Institute. A empresa tem documentos que comprovam esta representação e nos quais o laboratório chinês se compromete a entregar as vacinas ao governo brasileiro.

Barroso Júnior admitiu a “possibilidade” de que os três laboratórios classificados tenham formado um cartel porque os preços “são muito parecidos”, e acha “coincidência” que justamente os três tenham sido os únicos a permanecer na licitação. A comissão é formada por três funcionários do Ministério da Saúde.